



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 1/2025-----

-----1ª Sessão Extraordinária de 2025 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 08 de janeiro de 2025 -----

-----Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** Primeiro Secretário, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Apresentou pedido de Suspensão de Mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 7º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DO MEMBRO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	11/12/2024 A 11/02/2025	Ricardo Jorge da Silva Viana

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	08/01/2025	Marilu Veiga Batista Santana
PS	José Júlio de Jesus Ferreira	1 dia	08/01/2025	José Luis Mateus Barbudo
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	31 dias	01/01/2025 A 31/01/2025	Bruno Miguel Candeias
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	08/01/2025	Jorge Daniel Alves de Melo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	08/01/2025	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	08/01/2025	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	08/01/2025	Paulo Jorge Santos Riscado
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	08/01/2025	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1 dia	08/01/2025	César Rodrigo Simões Valente
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	08/01/2025	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1 dia	08/01/2025	Filipa Maria António Marques
PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	08/01/2025	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	08/01/2025	Suste Madalena Santos
PSD	Suste Madalena Santos	1 dia	08/01/2025	Miguel Afonso da Silva Pereira
PSD	Miguel Afonso da Silva Pereira	1 dia	08/01/2025	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	08/01/2025	Eduardo Jesus Gonçalves

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador - Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora - Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Eduardo Catarino	Vereador – Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CD: PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **1ª Sessão Extraordinária de 2025**, cumprimentando todos os presentes, referir que têm quatro assuntos de relevante interesse para deliberar e, portanto, aqui estão. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada duas inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Pedro António Henrique da Silva Nobre**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Olá, boa noite a todos, em primeiro lugar eu venho dizer que venho aqui com a melhor das intenções. Como estamos cá todos, enquanto Portimonense, procuro defender os interesses da cidade e neste caso em particular, preocupa-me a questão das obras no centro da cidade, com os comerciantes em particular. Isto porquê? Estou completamente consciente que as obras têm de ser feitas, completamente, e a expressão “*bico de obra*” vem exatamente do fato de ser complicado fazer qualquer obra e não há alturas perfeitas, e há sempre dores de crescimento e isso tudo. Agora, agora o que acontece foi que, primeira vez que foram iniciadas, foram feitas no Verão, tinham de ser feitas, acabou por se ultrapassar isso e arranjou-se solução para se fazer agora que me parece uma altura muito mais oportuna. Contudo, neste momento existem acesso, acessos ao centro da cidade, que estão completamente condicionados e que impactam a vida de centenas de famílias. Ok, dezenas de famílias, centenas de pessoas, ok, muitos comerciantes, o que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer com isto que uma pessoa hoje-em-dia para ter um negócio no centro. E quero que toda a gente esteja consciente disto. Nem todos terão negócios no centro. É preciso fazer das tripas coração, é realmente complicado para se ter um negócio no centro e para se conseguir sobreviver, e eu, a única coisa que eu gostava de construir aqui convosco, era uma solução que nos ajudasse a contornar estas dificuldades de acesso que nós temos, porque Portimão em si já é uma dificuldade e quase todos os acessos empurram as pessoas para fora do centro de Portimão por isso, não demos mais uma desculpa para que isso aconteça e que as pessoas continuem a desviar. E então, eu estou aqui por mim, mas estou aqui pelos comerciantes também. Para que, com isto, que se consiga construir uma solução que não cause prejuízo a ninguém. Por acaso, hoje, houve um condicionamento da Rua da Hortinha que, dificulta bastante o acesso ao centro e neste caso, deixamos, eu em particular, como grande parte das pessoas saberão, represento, uma farmácia,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



trabalho numa farmácia e o que acontece foi, condicionamentos de entrega de medicamentos, condicionamentos nos Correios, condicionamentos nos clientes, e eu quero, se isto me acontece a mim, com certeza acontece também aos outros. A única coisa que eu gostava era que nós juntos, se construa uma solução provisória, mas que não acarrete tanto prejuízo nem tanto dano, porque com certeza que é possível fazer e em tempo útil. Se isto foi uma coisa feita hoje, esperar um dia, esperar umas horas, umas semanas, são prejuízos que são evitáveis e com certeza que todos concordamos com isso. É isto.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao segunda cidadão inscrito, **Paulo Maio** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos e bom ano, eu vinha aqui falar de 2 (dois) assuntos, meu nome é Paulo Maio. Também estou aqui a representar o movimento "Cidade da Participação". E tenho aqui 2 (dois) assuntos e eu, mais sobre o movimento e 1 (um) mais particular. Sobre o movimento, um deles, um dos assuntos vai ser tratado hoje, que é sobre o Barranco do Rodrigo. Era um pouco o ponto de situação que está, o Barranco do Rodrigo. Sabemos que hoje, em princípio, vai ser aqui feito algo em relação ao protocolo com a UALG. Mas aqui uma das uma das questões que muitas vezes é abordada, este tal parque urbano que se quer fazer no Barranco do Rodrigo pensamos nós deveria ser e o ideal, seria que fosse o mais verde possível. É sempre bom para a cidade receber algo como a UALG, ter creche ou ter um centro, de um lar de idosos como está ali na exposição. E é referido e também uma piscina. Todas estas infraestruturas são necessárias em Portimão. Mas eu também questiono. Com tanto espaço que está aí a ser construído para hotéis e outras coisas. Se, esse espaço, não poderiam ir para esses hotéis ou outros espaços que estão na cidade, de modo, a que, o parque urbano verde fosse mesmo o mais verde possível. Isto é uma nota, uma referência que gostaríamos que fosse abordada. O outro caso que também aparece ali na exposição de Portimão 2034. Que é a via V 2, o prolongamento da Paul Harris, julgo, julgo eu saber posso estar enganado, mas penso que não. As vias são à nona, são projetos que vêm do tempo do Nuno. Do falecido Engenheiro Nuno Mergulhão. Mas e sabendo o trânsito caótico, e ainda agora foi ainda agora também um pouco foi falado aqui também sobre a questão do trânsito. Mas não havia outra solução? Atualmente, para passar por ali para aquele espaço verde que está ali. Que vai desde a rotunda, a rotunda ali da Raminha, passa ali pela Forportil, e vai por aí fora e todo esse espaço é um espaço com algum potencial, antiga linha de água, nos tempos em que correm 2025, fazermos ali mais uma estrada, ou seja, mais outra vez, o carro é ganhar à parte verde. Seguramente a seguir à via deverá haver urbanização, todo aquele espaço provavelmente julgo eu. É não há, não haverá outra solução para melhorar o trânsito aqui de Portimão, tendo em conta que Portimão de espaços verdes, não, não é algo que tenha muito e aquele até relativamente até já está. Tem plantado, pronto, plantado pela natureza, mas está. E por fim, para não me alongar muito numa questão mais pessoal. Foi um mail que eu enviei para a Câmara no dia 10 do 11, 10 de novembro, que ainda ninguém me respondeu. É uma coisa muito simples é extremamente simples, no parque infantil dos 3 Bicos, há lá, 5 árvores morreram, pronto, ainda está lá uma em pé, mas está, está morta e vários cidadãos que estávamos lá, todos a falar, gostaríamos até pode partir de nós próprios, mas que nós até, eu tenho acesso eu sou engenheiro florestal, posso arranjar as árvores todas que quiser. É e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



plantarmos ali as árvores que os espaços verdes a campo, os espaços verdes nos dissessem para plantar e nós faríamos, pronto. É um pouco. Eu tentei pelas vias normais mail enviado no dia 10 de novembro de 2024 não obtive resposta nenhuma e as pessoas estão, como eu dei um bocadinho a cara. As pessoas estão lá perguntar. Os pais que usufruem daquele espaço. Eu também não tenho muita coisa para lhes dizer pronto e por isso gostaria que alguém pelo menos respondesse. Eu já entrei em contato, não pela via mail, mas oral, pronto, que acho que não é o mais correto para me dar aqui alguma ajuda, mas pronto era também era um ponto mais pessoal e se me pudessem responder, agradecia, obrigado.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir-se em primeiro lugar das obras que é da envolvente da igreja matriz. Felizmente conseguimos encontrar ali na parte do verão e a obra lembro que a obra é para levar um ano e, portanto, o que queremos é que na próxima Páscoa a obra esteja terminada e por isso os constrangimentos que foram criados, porque nunca conseguimos fechar na totalidade para que não houvesse constrangimentos para quem vive e para os negócios ali à volta, neste momento aquilo que está falado para a rua da Hortinha, final da rua da Hortinha, rua Machado Santos, são duas semanas. São duas semanas e hoje se repararem toda aquela caixa já foi aberta para que rapidamente comece a ser calçetada que é para no prazo de duas semanas aquela faixa ser aberta. -----

-----Depois, vamos ter todo o resto da zona junto à Junta de Freguesia para que a obra seja terminada e está mais ou menos dentro do prazo, para que seja terminada e que na próxima Páscoa esteja na totalidade pronta e, portanto, é isso o trabalho que o empreiteiro também tem estado a fazer, temos tido esse cuidado, ainda hoje liguei também para a nossa fiscalização para vermos se conseguimos pôr toda a mão-de-obra naquele local, ou o empreiteiro colocar toda a mão-de-obra naquele local para que mais rapidamente possível aquele espaço seja terminado. -----

-----Depois, relativamente à carta que nos foi enviada e que o outro munícipe falou, dar-lhe nota que já está no departamento de ambiente e este ano temos um procedimento para plantarmos diversas árvores e, portanto, está também nesse lote que vai ser plantado tanto árvores aí, como noutros espaços que estão também a necessitar. De resto, senhora Presidente, é tudo. -----

-----Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2.a)** Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para o ano de 2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 881/24**. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, senhora Presidente, só dar nota que desta taxa no passado ano que terminou, recebemos, esta taxa foi de trinta e três mil e novecentos euros, foi aquilo que as telecomunicações nos pagaram e, portanto, na realidade é usufruírem de equipamentos que são públicos também e a receita foram trinta e três mil e novecentos euros. Tenho dito, senhora Presidente. É o mesmo, zero vinte e cinco, é igual, é igual. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda em 19 de fevereiro de 2013 trouxe uma moção que era sobre esta taxa municipal de direitos de passagem que deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores, isto é, manifestar a oposição à cobrança da TDM diretamente aos consumidores, sublinhando que estes encargos devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações e esta moção foi aprovada por unanimidade. E eu questiono o executivo se esta taxa está a ser mesmo, se está a ser imputada aos consumidores ou às empresas de telecomunicações. Tenho dito.

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a questão que ele tinha aqui relativamente a este assunto, prende-se com o montante da taxa. A informação que fundamenta aqui, ou que está subjacente aqui ao ponto que está em discussão, refere que o valor da taxa é o valor máximo, mas não explica, pelo menos eu, com as minhas limitadas capacidades, não consegui perceber qual é o motivo da opção pelo valor máximo e, portanto, embora eu admita que seja uma opção que é justificada, não é, possivelmente não haverá razão para eventualmente ser um valor mais baixo que os zero vinte e cinco por cento, a verdade é que a proposta devia vir com uma fundamentação um bocadinho mais robusta, no sentido de que percebêssemos exatamente porque é que o executivo optou por cobrar o valor máximo de zero vinte e cinco em detrimento de outro qualquer, e atenção que eu estou a perguntar isto, não estou a dizer que sou contra o valor máximo, estou a perguntar é porque é que foi esta opção, porque daqui na minha opinião não é manifestamente perceptível as razões desta opção e, portanto, perguntava diretamente ao executivo qual é a fundamentação para este valor e se pode aqui explicar à Assembleia. Para já, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre esta deliberação, diria que a taxa municipal de direitos de passagem, TMDP, é um encargo aplicado por algumas autarquias aos operadores das redes de serviços de comunicações eletrónicas, tais como empresas de telecomunicações. Taxa esta que decorre do direito de utilização do espaço público municipal para instalarem e operarem infraestruturas como cabos, postes, torres e demais equipamentos necessários para prestarem os seus serviços de comunicação. Taxa esta que é cobrada em função da faturação dos serviços de comunicações eletrónicas prestadas ao município. -----

-----A lei 75 de 2013, define como valor máximo da TMDP em zero vírgula vinte e cinco por cento da faturação gerada pelos operadores. Obviamente que a legislação nacional também permite que os valores resultantes da TMDP pagos ao município possam ser refletidos e readquiridos nas faturas aos consumidores finais, ou seja, aos munícipes. Alguns dos municípios do país têm optado por não aplicar esta taxa, salvaguardando assim o não onerar e sobrecarregar financeiramente os seus munícipes. Perde assim o município de Portimão a oportunidade de se valorizar politicamente com isenção da referida taxa, aliviando os seus cidadãos já de si altamente causticados e subjugados pelos impostos da Troika municipal. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A bancada municipal do Partido Chega com incidência nos derradeiros parágrafos, abstém-se nesta deliberação. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu esqueci-me de dizer aqui uma coisa que também é importante e já foi falado aqui também por um munícipe, que é o seguinte. O que eu vejo, lembro-me e já uma vez já pus esta questão aqui, mas tinham feito pavimento de uma estrada nova e passado uns vinte ou quinze dias já estavam outra vez a abrir para pôr fibra ótica e depois puseram um tampão e aquilo já nunca mais ficou o mesmo, isto é, quando falaram deste valor como o senhor Presidente falou de trinta e três mil euros não dá para reparar essas estradas todas. O que é que a Câmara pode fazer, ou faz, ou devia de fazer para que essas empresas que utilizarem e fizerem esse tipo de obras reporem o pavimento como ele estava e não porem tampões, e uma coisa que é visível, basta irmos da rotunda da Pedra Mourinha, está lá em cima a Pedra Mourinha, aquela estrada da Pedra Mourinha, está cheia de travessões e reparações mal acabadas feitas para essas operadoras. Elas é que ganham realmente muito dinheiro, os utentes dessas estradas é que estragam as viaturas que são prejudicados, principalmente quem anda de mota ou de bicicleta e no fim de contas a Câmara depois também não tem meios e fundos para reparar essas estradas que não foram eles que as estragaram, nem os utentes ou os utilizadores destas estradas que prejudicaram gravemente a estrada em si. Tenho dito. -

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, já em 2021 no orçamento de Estado tinha sido proibido poderem as empresas de telecomunicações repercutirem esse valor no consumidor final e, portanto, quer as empresas de comunicação tenham que pagar ou não aos municípios, e relembro que metade dos municípios do país cobram esta taxa, não pode ser repercutido esse valor no consumidor final, portanto isso aí já em 2021 no orçamento de Estado estava posto de parte e continua. -----

-----Depois, quanto ao deputado João Caetano o que falou, na realidade e acho que também todos estamos de acordo, o que queremos cada vez mais é acabar com os cabos nas fachadas dos edifícios e o senhor deputado também falou e muito bem e que não estejam a abrir valas, depois da gente fazer as estradas não estejam a abrir valas e, portanto, o que pretendemos é nas obras que temos feito agora da requalificação, deixarmos logo a tubagem incluída para que depois eles utilizem, as empresas de telecomunicação utilizem para que nas fachadas, nos edifícios vão acabando esses cabos e, aliás, na parte antiga da cidade, temos uma cidade descaracterizada mesmo, com cabos, que aquilo agora com as TV Cabos e com as outras todas, cada um que solicita é mais um cabo e o outro que deixa de, e que pede para não ter TV Cabo em casa ou o inclino que saiu, continua lá outro cabo. E isto é um apanhado que temos feito com os serviços e respondendo também ao senhor deputado João Caetano, o que queremos é que cada vez mais utilizem o equipamento que é público para que nas fachadas deixem de ser utilizadas esse tão grande número de cabos. Porquê a taxa máxima? Senhor deputado, como já lhe disse, mesmo sendo a taxa máxima no ano transato deu ao município trinta e três mil e novecentos euros. Portanto, optámos pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



taxa máxima como todos os municípios que cobram, têm quase todos a taxa máxima, ou aqueles que não cobrem não têm taxa nenhuma. Portanto, tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que tem uma questão, é uma questão um bocadinho colateral em relação a esta taxa. Portanto, o senhor Presidente há pouco referiu que o município recebe trinta e três mil euros anualmente como contrapartida desta taxa, portanto pela... a minha questão é o seguinte. Esses zero ponto vinte e cinco incide sobre a faturação. A minha questão reporta-se, é muito clara. Os senhores têm acesso à faturação facultada pelas empresas de telecomunicação, ou é só uma informação e os senhores não certificam-se realmente da faturação real? É que trinta e três mil euros anuais parece-me muito pouco para as empresas de telecomunicações estarem a usufruir de um serviço público de todos nós, trinta e três mil euros praticamente são dois ou três utilizadores por ano que fazem esses trinta e três mil euros. Isto é muito estranho esse valor, daí a minha questão. O município, a contabilidade, certifica-se da faturação ou acredita piamente da informação fornecida por estas empresas? -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a proposta que hoje aqui nos é trazida para deliberação, manutenção da taxa municipal de direitos de passagem, TMDP, na percentagem máxima de zero vírgula vinte e cinco merece a nossa análise crítica e ponderada, pois está diretamente ligada à forma como o município gere os seus recursos e a carga fiscal indireta que acaba por refletir sobre os munícipes e as empresas deste concelho. Antes de mais, é importante lembrar que a taxa municipal dos direitos de passagem é um atributo que incide sobre as empresas que utilizam o espaço público para infraestruturas destinadas à prestação de serviços de telecomunicações eletrónicas. Contudo, e apesar da proibição muito bem aqui referida pelo senhor Presidente, sabemos que essa taxa acaba sempre por ser percutida nos consumidores finais, ou seja, sobre os cidadãos e sobre as empresas. Não tenhamos ilusões, qualquer custo, qualquer empresa faz repercutir sempre esses custos por consumidor final. -----

-----Senhoras e senhores deputados, esta proposta coloca-nos perante um dilema. Se por um lado a manutenção da TMDP na percentagem máxima contribui para a receita do município, por outro lado, devemos questionar se é justo continuar a aplicar este valor máximo numa altura em que as famílias e as empresas enfrentam um aumento generalizado do custo de vida. Ainda esta semana saíram os dados da inflação e Portugal está bem acima da média europeia, nomeadamente nos serviços essenciais. -----

-----É necessário lembrar que os custos de comunicação e de serviços de internet são hoje um bem quase indispensável como é a água ou como a própria eletricidade. -----

-----Ao longo dos últimos anos este município tem-se habituado a maximizar as receitas fiscais sobre os seus munícipes. Temos o exemplo do IMI, a taxa variável de IRS e agora também esta taxa bem acima da média nacional. Não podemos, não negamos que as receitas são importantes para sustentar o funcionamento do município e financiar obras e projetos. No entanto, há uma linha muito ténue entre o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



município responsável e um que sobrecarrega desnecessariamente os seus contribuintes. Esta Assembleia deve zelar por este equilíbrio. -----

-----Além disso, importa sublinhar que o valor máximo permitido para esta taxa de zero vírgula vinte e cinco é justamente isso, um limite, não é uma obrigatoriedade. Muitos municípios da nossa região e do país têm optado por uma percentagem mais baixa ou até pela isenção da TMDP como forma de aliviar a pressão fiscal sobre os seus residentes e promover a competitividade local. Por outra razão, Portimão insiste em cobrar sempre o valor máximo permitido por lei. -----

-----Caros deputados, se queremos promover o desenvolvimento económico de Portimão, atrair novas empresas e apoiar as famílias que aqui vivem, precisamos de repensar a política fiscal deste executivo. É verdade que as receitas provenientes da TMDP são úteis, mas será que não poderíamos compensar essa perda com outras áreas, como na melhoria da eficiência de gastos públicos ou na priorização de investimentos realmente estruturantes? Deixamos aqui a questão. Por outro lado, esta proposta revela uma falta de sensibilidade deste executivo para com a realidade atual. Estamos a falar do aumento do custo das comunicações, da energia e de outros bens essenciais que já pesa consideravelmente no orçamento das famílias e das pequenas e médias empresas como é o tecido empresarial de Portimão. -----

-----Como podemos justificar a manutenção numa taxa máxima quando temos a oportunidade de aliviar essa carga que segundo até as palavras do senhor Presidente é uma receita quase displicente para com o orçamento que nós temos. -----

-----Por fim, gostaria de reforçar o papel desta Assembleia que é apenas aprovar propostas, que não é apenas aprovar propostas apresentadas pelo executivo, mas garantir que essas propostas sejam justas, equilibradas e estejam alinhadas no interesse da população. Essa não é a nossa visão sobre esta proposta. Entendemos que a mesma não é justa, não é adequada e não se justifica à taxa máxima que seja aplicada neste caso. Muito obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a CDU sempre teve aqui uma posição clara, que a cobrança desta taxa é uma justa reivindicação de há muitos dos municípios, consagrada na lei das finanças locais, no sentido de serem ressarcidos dos ónus gerados sobre os seus territórios e da livre utilização do seu domínio público pelos concessionários de serviços que utilizam infraestruturas do subsolo. -----

-----Cabe aos respetivos concessionários assumirem os custos de infraestruturação da rede, dado que obtêm extraordinários lucros destes serviços e que utilizam este espaço de domínio público, sendo justo a compensação aos municípios por tal ocupação. Dever de cobrar uma taxa municipal de direitos de passagem, já que atualmente e apesar de surgirem essas dúvidas, essa taxa não incide sobre o consumidor, vejam as atuais decisões dos tribunais, quem tiver na sua faturação esta taxa refletida, os concessionários são condenados e restituem aos consumidores. Agora, em questão aos aumentos de preço, isso é outra



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



história, não tem nada a ver com a taxa municipal. Essa taxa deverá ficar a cargo dos operadores que como todos sabemos têm os lucros que todos nós conhecemos. Por isso, a CDU vai apoiar esta proposta. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostava só de referir, porque a fiscalização desta taxa é feita pela ANACOM e, portanto, não é pelo município nem pelos municípios, é a ANACOM é que fiscaliza a faturação das empresas e a taxa. Por isso também caso seja aprovada, temos que notificar as empresas e também dar conhecimento à ANACOM. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que ouviu com muito cuidado as palavras do deputado do PSD, e pergunto, tanta preocupação com as pessoas, porque é que não votou a favor da retirada as portagens, das ex-SCUT? Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhor Presidente, eu desconheço que tenha alguma vez sido discutido algum ponto nesta Assembleia Municipal sobre esse assunto. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que está inquieto, está. É quando oiço aqui discursos políticos, já estão-se a preparar para as eleições e isto custa-me um bocado quando as pessoas não veem o óbvio. Há empresas que poupam quarenta mil euros nas portagens e o senhor não está preocupado. Tenho dito e pequenas empresas aqui em Portimão. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, perante estas questões um bocado fora propositado desta Assembleia Municipal, não me resta perguntar ao deputado se na altura em que o seu partido fez parte da geringonça e que vocês gritavam de abolição das taxas, não conseguiram durante esse tempo, foi necessário vocês saírem da geringonça para conseguirem aprovar a isenção das taxas das portagens? Isto está fora do contexto, senhor deputado, mas não podia deixar de responder ao seu oportunismo e à sua hipocrisia. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, peço desculpa, mas vamos manter o nível da discussão sobre aquilo que é o ponto da ordem do dia, porque senão mais logo estamos a discutir a telenovela das oito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente, eu estou a manter o nível da discussão, estou a manter o nível da discussão. Houve alguém que saiu da discussão, não teve qualquer reparo por parte da senhora Presidente da Assembleia Municipal e cumpre-me responder. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada Independente que ela já terminou o seu tempo. Eu vou dar a palavra excecionalmente ao senhor deputado Pedro mota, mas é para falar sobre a taxa, o assunto que estamos a discutir. Faça favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que é sobre uma taxa. Eu só queria dizer que quando a geringonça esteve lá, votou sempre a favor da retirada das portagens, o seu partido, o partido que você apoia é que votou contra. Sim, você está aqui como política que foi. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, qual é o meu partido? Senhor Pedro Mota, e qual é o meu partido? Eu estou aqui como deputada Independente, qual é o meu partido? Diga lá qual é o meu partido? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhora deputada, ainda está aqui a Presidente, a Presidente ainda não se ausentou. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, eu estou aqui... ó senhor Pedro, ó senhor Pedro Mota, senhor deputado Pedro Mota, eu estou aqui como Independente, eu não estou aqui como partido e sou se calhar a única como Independente face à oposição ou ao partido que está no executivo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado Pedro Mota, nunca mais lhe dou a palavra nestas circunstâncias, fica resolvido e fica concluído. Agradeço que terminem e vamos pôr à votação. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-a)** Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para o ano de 2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 881/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	0	0	5

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por maioria**, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para o ano de 2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 881/24**. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-b)** Discussão e Votação da Minuta de Protocolo a celebrar com a Universidade do Algarve para a construção do "Campus de Portimão", nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº915/24**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, aquilo que pretendemos e que temos vindo a conversar com a Universidade do Algarve, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fazer a cedência de um terreno de trinta mil metros quadrados. É também da parte da Câmara a reversão ainda do terreno onde está a escola da Bemposta e que esse terreno noutros tempos tinha sido cedido à Universidade do Algarve, e para ganharmos aqui tempo para que o projeto seja uma realidade e que o campus universitário de Portimão também seja uma realidade no quadro do 2030, começarmos já a trabalhar tanto com a nossa parte técnica, como também técnicos da Universidade do Algarve para a elaboração do projeto. Portanto, o que quero dizer com isto é que, ao mesmo tempo que vai andar a alteração do plano, vamos querer também fazer o projeto para que assim que assim que estejam as duas coisas aprovadas, possa o campus ter financiamento e ser uma realidade. É isto que temos estado a trabalhar, é este o trabalho que temos estado a fazer com o apoio da CCDR e da Universidade do Algarve para que se consiga elaborar este trabalho. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor Presidente, o senhor fez aí, utilizou aí uma expressão que é, que gera aqui algumas dúvidas, eu já tinha dúvidas, fiquei ainda com mais dúvidas, que é ganhar tempo. Disse ganhar tempo através deste memorando que está aqui em discussão, o que temos aqui é um memorando de entendimento entre a UALG, a CCDR e a Câmara e reforçou ainda elaborando já o projeto e revendo o plano. Bom, começando pelo plano, não vai rever plano nenhum, porque o plano foi revogado. Vai fazer um plano novo, um plano pormenor novo, não é rever plano nenhum, é fazer um novo, e o fazer um novo aqui não é um pormenor, é um plano pormenor, mas aqui o fazer de novo não é um pormenor, porque em termos de formalismo, em termos de tempo e de procedimento, etapas do procedimento, na melhor das hipóteses nós não vamos ter um novo plano pormenor este ano aprovado, na melhor das hipóteses e não estou a ser pessimista, estou a ser realista, a não ser que tenham entrado pessoas a trabalhar vinte e quatro sobre vinte e quatro horas na elaboração do plano e que façam as etapas do procedimento pelos prazos mínimos previstos na lei, que é uma coisa que eu acho que vai ser muito difícil para não dizer que é quase impossível. -----

-----Bom! Depois, elaborar um projeto, enfim, o senhor diz aí elaborar um projeto, mas para quê? Porque o plano não está revisto. Então, o que nós temos aqui neste momento é um terreno que tem três artigos matriciais, dois rústicos e um urbano, e os senhores querem fazer através deste memorando, não é um contrato é um memorando, é um acordo de princípio, nem sequer é um contrato, é um entendimento, digamos assim, é um protocolo de entendimento. Querem fazer uma desanexação de uma parcela com trinta mil metros quadrados de um terreno que é uma realidade predial única e, portanto, eu não sei como é que os senhores vão conseguir fazer uma escritura para constituir direito de superfície a favor da UALG, diz aqui na cláusula II na alínea g), «promover sequencialmente e com o carácter de urgência a celebração da escritura com admissão de direito de superfície». Como é que se vai conseguir fazer isto em termos jurídicos se não há um destaque, uma desanexação desta área de trinta mil metros quadrados do prédio e, portanto, eu no fim de contas senhor Presidente, não consigo entender a urgência disto que está aqui. Os senhores tiveram três anos, estou a falar só deste mandato, o senhor está-se a rir e estou-lhe a dizer isto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porque é o mandato que o senhor está em funções no executivo. Tiveram três anos para diligenciar com tempo sobre este assunto, fazendo o quê? Eventualmente até optando logo no início do mandato, eventualmente por uma revisão do plano pormenor, que se calhar em termos procedimentais era mais rápida e eventualmente menos complexa do que revogar o plano como foi já revogado e fazer um novo. Os senhores não fizeram nada. -----

-----Falou-se da questão do campus, enfim, a anterior Presidente Isilda Gomes veio para a comunicação social e encheu a boca a dizer que tinha que ser ali, que era uma mais-valia para a cidade. Nós não estamos contra o campus universitário, eu já disse isto aqui várias vezes e já lhe perguntei aqui e o senhor disse que viria cá à Assembleia e ainda estou à espera. Qual é a fundamentação do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista técnico para o campus ser naquele local? Continuamos à espera disso. Os senhores, aliás do tempo ainda da Dra. Isilda Gomes, volto a dizer, os senhores determinaram que era ali, não se percebeu porquê e não fizeram qualquer estudo do impacto que aquele equipamento vai ter naquela zona da cidade a vários níveis. A nível urbanístico, a nível paisagístico, a nível de trânsito, a nível de desenvolvimento daquela área ali circundante, dinâmicas territoriais que se vão criar ali com a instalação de um equipamento com aquela carga ali naquela zona. Os senhores não têm estudo nenhum sobre isto, ou pelo menos se têm não o mostram, mas está decidido que é ali. Isto é a pior forma que há ou que deve haver no mundo para planear do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista de instalação de um equipamento com a importância de um campus universitário, porque nós estamos a falar de um equipamento para meia dúzia de anos, estamos a falar de um equipamento estruturante para várias gerações e que é ou pretende ser e esperemos que seja ali ou noutro sítio qualquer, um equipamento que reforça a atratividade e a competitividade deste concelho. Portanto, não pode ser decidido desta forma, ou pelo menos não devia e, portanto, senhor Presidente, perguntava-lhe concretamente qual é a urgência deste protocolo, como é que os senhores vão aqui depois cozer esta questão, uma vez que o plano não está feito nem vai estar tão cedo infelizmente. Como é que vão aqui assegurar esta urgência na celebração da escritura para constituir o direito de superfície, que eu não estou a ver como é que isso vai ser feito, a não ser que o senhor me diga que vão fazer um destaque de parcela, uma desanexação dessa parcela de setenta mil metros quadrados, mas isso seria também um bocadinho surpreendente quando está em elaboração um plano. Pronto, portanto, há aqui uma série de dúvidas e termino dizendo, ou reforçando nós não estamos contra o campus universitário, mal seria, temos é muitas dúvidas se aquele será o melhor local para construir o campus e esta forma de, enfim, justificar aqui a localização, é no mínimo, é geradora de muitas dúvidas e muitas perplexidades e, portanto, perguntava-lhe e agradecia que esclarecesse isso. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que tem três ou quatro questões para já que gostaria de colocar relativamente ao documento que esteve a ler. A primeira questão que gostaria de colocar era, será este um verdadeiro novo campus universitário onde iremos ter novas valências e novas áreas de estudo, ou será apenas mais um polo da UALG onde vamos continuar com turismo e gestão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em relação à habitação, está previsto no campus a construção de uma residência para estudantes, e irá o município além dessa residência promover a construção ou a disponibilização, promoção junto dos proprietários de imóveis, condições favoráveis de arrendamento, porque sabemos perfeitamente que neste momento não há casa para os que cá estão, se vamos trazer mais, pois o problema vai aumentar. E para terminar agora, gostaria de perguntar também se existe algum estudo de impacto na rede viária na zona envolvente onde irá estar o campus que irá obviamente prejudicar bastante aquela zona. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em relação a esta questão do terreno, bom, ele está na Assembleia há vários mandatos e iniciaram ali inicialmente com pompa e circunstância dita pela senhora antiga Presidente da Câmara, de que iria ali um espaço para zonas verdes, implementar, portanto zonas verdes da cidade de Portimão e que bem merecia e que todos nós concordamos na altura. Depois, por iniciativa própria veio dizer que por sua iniciativa, por sua decisão, foi isso que ela disse e está escrito em ata, portanto naquele terreno, naquele local iria ser feito o campus universitário sem explicar porquê, nem como, nem em que moldes, portanto é que essa infraestrutura irá ser organizada e construída naquele local, que condições é que o espaço tem ou não tem para aquele efeito, porque isso eventualmente, portanto irá trazer para Portimão muito mais gente, muito mais estudantes do que aqueles que existem neste momento, e o PSD nunca se opôs a que fosse criado o campus universitário. Agora, parece-me mais uma vez que é hábito desta Câmara, deste executivo e dos outros anteriores há cinquenta anos, de que não há planeamento nenhum, não há estudo, não há nada, pelo menos às pessoas que fazem oposição ao executivo isso não acontece. Bom, mas olhando com pompa e circunstância que me foi distributivo a curiosidade de ir ao edifício que a Câmara comprou ali junto à rua do comércio, portanto do Alfagar, chamado Alfagar, eu vejo lá um mapa em que apresentam, portanto, enfim, para este terreno campus universitários, uma creche, enfim, tudo isso. Eu pergunto, esta parte da creche parece-me a mim que não está dentro. Eu estive, eu pergunto a Câmara adquiriu este terreno? Adquiriu? Ah! Muito bem, o terreno, portanto, já não é de particulares, já não é de quem lá mora neste momento, já não é de quem lá mora neste momento, mas foi dado como contrapartida? Não foi, Ah! Foi pago? É isso que eu pergunto. A pergunta que eu faço é precisamente essa. Quais são as contrapartidas que foram dadas sem que nós tivéssemos conhecimento e, portanto, enfim, aparece aqui, sei que a pessoa ainda lá vive, sei que a pessoa tem dificuldades, sei que a pessoa está doente, sei que a pessoa está acamada e, portanto, enfim, fazer isto no escondido de tudo o resto parece-me que não é a lógica, não é normal, mas pronto. Dizer que de jardim passou a campus universitário. De uma decisão própria política, individual da senhora Presidente que já cá não está e ainda bem. Tenho tudo dito. Obrigado e já agora queria um esclarecimento do senhor Presidente em relação a este terreno, a esta agregação, porque isto aparece tudo junto, não é, e, portanto, acho que nós merecemos, nós como oposição deveríamos saber o que é que se passou ali, já agora. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, já foi elencado, não vou falar mais sobre isso, falta a revisão do PDM, este projeto também pode ficar suspenso, porque ele vai ter que passar por candidaturas, há apoios como o Algarve 2024/48, como o Portugal 2030, não se sabe se vai ser aprovado ou não, tem esta nuance e o Futuro de Cem Projetos como foi apresentado e visto aqui na fotografia, este de verde vai ter muito pouco. Vai ter um campus, creche como já foi dito aqui, vai ter um campo de futebol, piscinas, o parque urbano. De verde, não vai ter quase nada. -----

-----Como já disse aqui o Bloco de Esquerda noutras intervenções sobre o campus, nós não somos contra, mas acho que este campus devia de ser localizado noutro sítio como a gente já falou antes, num sítio que pudesse abranger, ou que fosse um sítio âncora para nesse sítio haver um parque industrial, também mais acessos para a universidade. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Andreia Filipa Muchacho de Sousa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é com enorme orgulho, mas também elevado sentido de responsabilidade que se dirige ali hoje a todos eles enquanto jovem, a mais jovem desta bancada, enquanto também permitam-lhe Presidente da JS Algarve, mas acima de tudo enquanto portimonense e algarvia, para defender a importância da construção deste que é o terceiro campus da Universidade do Algarve especialmente no município. Permitam-me dizer-vos que esta para mim e para as pessoas jovens que represento aqui não é uma questão apenas de uma infraestrutura. Trata-se de uma visão para o futuro dos jovens da nossa cidade, mas também da nossa região. -----

-----Como devem saber, desde 91 que a Universidade do Algarve tem sido uma parceria fundamental no crescimento e no desenvolvimento da nossa cidade, oferecendo cursos nas áreas da gestão, da hotelaria e do turismo. No entanto, sabemos também que a sustentabilidade e o progresso de uma cidade não podem ficar presos exclusivamente a um setor, ainda mais o turismo, que embora essencial para todos nós é marcado por sazonalidade e por uma média de remuneração bastante mais baixa que os restantes setores. -----

-----A construção deste campus é, portanto, aquilo que nos traz a concretização de um desejo da diversificação económica e formativa de Portimão e consequentemente do Algarve. -----

-----Precisamos da formação em áreas distintas, como as engenharias, as ciências aplicadas e também as tecnologias, e com isso sim podemos estimular ainda mais a criação de projetos de investigação, de inovação e atrair empresas, promovendo também o crescimento de indústrias na nossa região. Além disso, temos em Portimão, por exemplo, o autódromo internacional do Algarve que para nós é uma oportunidade única. Imaginem só as sinergias que podem ser criadas entre este e um curso de engenharia mecânica. Isto abriria portas para que os alunos possam desenvolver os seus projetos, realizar estágios e aplicar o seu conhecimento científico na realidade, no contexto real. -----

-----Não podemos esquecer também que o desenvolvimento económico passa pelo empreendedorismo. Empreendedorismo esse que nos faz lembrar da start-up de Portimão que tem feito um trabalho excelente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aliado ao conhecimento gerado pelo futuro campus e criando um sistema robusto na encubação de empresas de ID e inovação. -----

-----Com este novo campus, Portimão pode tornar-se verdadeiramente numa cidade universitária que é aquilo que todos ambicionamos. Um espaço vibrante onde os jovens escolham não só estudar, mas também viver e trabalhar, beneficiando de uma economia diversificada que ofereça emprego qualificado e as condições dignas de vida que todos nós jovens merecemos. Dessa forma, o lema da Universidade do Algarve que todos conhecemos, estudar onde é bom viver, evoluirá possivelmente para viver onde é bom trabalhar.

-----Meus caros, permitam-me dizer-vos por fim que Portimão tem neste momento a oportunidade de liderar pelo exemplo, mostrando como o investimento na educação, no ensino superior pode ser uma alavanca para o futuro mais próspero e inovador, e por isso por favor não a desperdicemos. Obrigada. ---

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, sobre esta deliberação, eu diria que a construção do campus universitário de Portimão no terreno do Barranco do Rodrigo sem um plano pormenor aprovado, pode ser questionado por várias razões relacionadas à sua legalidade, à adequação do espaço e à transferência do processo urbano. Um plano de pormenor é essencial para definir o uso específico do solo, infraestruturas e articulação clara envolvente. -----

-----Sem este instrumento o projeto pode enfrentar entraves legais e dificuldades na sua implementação. Além disso, sem o plano fica em aberto se a área está realmente adequada para acolher uma infraestrutura de grande porte como um campus universitário. -----

-----A área do Barranco do Rodrigo pode ser insuficiente para comportar as necessidades de um campus universitário completo e sobretudo extensível no seu futuro, com edifícios de ensino, residências estudantis, espaços desportivos e de lazer, estacionamento e outros serviços de apoio, assim como outros equipamentos prometidos pela autarquia no mesmo terreno, tais como um complexo de piscinas, uma pista de Tartan, uma creche para crianças, um lar de idosos, campos ao ar livre de lazer, como também um bairro residencial. Sendo a área realmente ínfima, o projeto pode acabar subdimensionado e incapaz de atender às exigências de um futuro crescimento. -----

-----Nos estudos técnicos de viabilidade, há que assegurar e comprovar a adequação do terreno às necessidades do campus universitário. Celebrar protocolos antes de resolver questões urbanísticas e técnicas pode ser visto como decisões aéreas e extemporâneas. -----

-----Este tipo de abordagem pode gerar desconfiança na população e entre as partes interessadas, além de comprometer o sucesso do projeto. Mais diria e desculpem a irreverência, seria o mesmo que meter a mão em seara alheia. -----

-----Sem outro estudo detalhado e aprovado em rigor, há o risco de impactos negativos na mobilidade, no meio ambiente e na infraestrutura urbana da área, o que pode gerar oposição por parte da comunidade local. -----

-----A ausência de um processo de consulta pública e de esclarecimentos pode reforçar a perceção de que a iniciativa está a ser implementada sem o devido cuidado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Os cidadãos têm o direito de participar ativamente em projetos que afetam o desenvolvimento da sua cidade. Estas incongruências, se não forem resolvidas, podem comprometer e suscitar a eficácia e a aceitação política. -----

-----Lamenta-se ainda a promoção deste protocolo sobre algo que ainda está por elaborar e definir, entenda-se por plano pormenor, assim como também se desconhece o novo projeto do campus universitário de Portimão por parte da Universidade do Algarve, para que possamos contextualizar. -----

-----Segundo a minuta de protocolo, a autarquia além de ceder o lote de terreno terá ainda de suportar via portimonenses, atenção, terá ainda de suportar via portimonenses, o projeto de construção, as devidas infraestruturas e apoiando também se necessário e em termos a definir a construção do campus de Portimão. -----

-----A bancada municipal do Partido Chega por todas estas discrepâncias, lacunas e irregularidades não dá o seu aval à prossecução da deliberação em causa. Tenho dito, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, primeiro, gostaria só de agradecer à senhora deputada pela intervenção, já me respondeu a uma das minhas perguntas que era relativamente às áreas de estudo, mas gostava, não leve a mal, estudar onde é bom viver, não há é aonde. Eu percebo o lema e conheço o lema, não há é onde viver infelizmente. Gostaria de deixar só mais três perguntas e termino. -----

-----A primeira, foi feito também algum estudo de impacto nos transportes públicos do município e a sua adaptação a uma possível nova realidade? Porque se já agora não funcionam bem, como uma cidade universitária a ter o que temos agora, não vão funcionar garantidamente e neste momento a mais pertinente para mim seria, do que li no documento, estava previsto há uns anos no início alienar-se uma parte dos ativos em hasta pública, e isso chegou a ser feito, não houve foi ninguém que se chegasse à frente para com esse valor fazer a parte que o município se propõe, seria as obras de urbanização. Irá novamente essa proposta à mesa para ser alienado uma parte do terreno em hasta pública para se utilizar esses fundos nas obras de urbanização? Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Eduardo Jorge Jesus Gonçalves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e cumprimentar especialmente a senhora deputada Andreia Sousa. Porque vamos lá ver aqui uma coisa, todos nós somos a favor de um polo universitário em Portimão, um grande polo universitário em Portimão. Eu estudei em Portimão e sei da realidade e a realidade com este atual protocolo, esta realidade não é fazível, porque vamos ver uma coisa. Falou aqui em atrair os jovens para estudar e para viver, eu fazia-lhe a questão, com o atual plano que neste protocolo não vejo nenhum plano de habitação para fazer parte daquele instituto universitário, ou seja, temos aqui trinta mil metros quadrados para uma instituição de ensino superior, mas fica tudo muito à deriva do que é que se vai fazer sobre o alojamento, porque sejamos francos, não existe alojamento universitário em Portimão nem para o atual volume de alunos que Portimão tem. Depois, não é só uma estratégia decidir, agora vem esta iluminada de que o polo universitário é no Barranco do Rodrigo. A minha



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



questão é, como é que vamos fixar cá os jovens, porque como já foi dito por uma colega deputada minha aqui, a maior parte dos jovens que cá vêm estudar, passam cá três, quatro anos, cinco anos, dependendo do curso que frequentam e depois quando acabam o curso muitos deles com a realidade que lhes é oferecida em Portimão de apoio, seja das infraestruturas públicas, seja de toda a envolvente do município, é não ficar cá. As pessoas depois de estudar cá vão-se embora, este é o problema de Portimão que é, não só ter um polo universitário, disse aqui também que ia atrair cursos, eu neste memorando não vejo nenhum ponto que me diga que certos cursos vão ser parte desta universidade, não vejo cursos como medicina, que é importante para Portimão, não vejo cursos como engenharias, falou aqui, sabemos que existe a construção do autódromo, mas através deste memorando eu não sei de onde é que tira a ilação de que vão ser postos no polo de Portimão, não sei onde é que tira a ilação que vão ser postos no polo de Portimão esses cursos, mas pronto, e é isto, é não há aqui um comprometimento com infraestruturas para além do polo, porque a única coisa que aparece aqui são os trinta mil metros quadrados e depois também não há uma estratégia por parte do município de manutenção dos jovens neste território, porque a maior parte dos jovens que aqui vem estudar e neste momento já são alguns, quando acabam o curso o que lhes é oferecido é a saída deste território. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria perguntar à deputada Andreia, na start-up de Portimão se já saiu daí algum unicórnio ou alguma empresa que esteja a trabalhar, e mais uma vez eu acho que este, nós, o Bloco de Esquerda não vai votar contra este memorando, mas, no entanto, faço mais uma vez, vou fortalecer mais uma vez que o campus universitário devia de ser colocado na Mexilhoeira Grande, isto é, localizado junto à autoestrada, à A22, junto à Ria de Alvor, junto a uma zona agrícola, junto ao autódromo como falou e disse bem, perto de dois concelhos limítrofes que é Monchique e Lagos, e muito mais podia dizer aqui e tinha espaço realmente e ficava o espaço que nós temos aqui para realmente uma zona verde, e na Mexilhoeira até tinha espaço para fazer uma boa residência e também mais tarde outras indústrias que podiam aparecer ali e mais uma vez como estamos fartos de falar aqui nesta Assembleia Municipal ainda não temos o parque industrial que se diga aqui em Portimão. Há empresários que querem investir em Portimão, que gostam de Portimão, mas não conseguem investir em Portimão porque não há um parque industrial acessível para que os empresários possam investir em Portimão. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que essa questão de ir para a Mexilhoeira Grande já é a integração da nova lei dos solos, presume ela. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, antes de mais, dizer que o PSD defende e é a favor e sem dúvida alguma da instalação de um polo da Universidade do Algarve e que seja desenvolvido o mesmo aqui na cidade de Portimão. Contudo, não é isso que se está a discutir aqui, está-se a discutir aqui a desanexação de uma parcela de um terreno para ser cedido à universidade para esse fim. Há um ano, há um ano não, há quase dois anos discutimos aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma hasta pública para a venda daquele terreno, e foi alertado por esta bancada que estávamos a meter a carroça à frente dos bois. Porquê? Porque não havia planos, não havia alteração do uso dos solos, não havia nada e mesmo assim o executivo insistiu e levou à hasta pública um projeto que não tinha pernas nenhuma para andar. Apesar do preço, ficou deserto, porque estava mal feito, não havia qualquer segurança jurídica sobre as coisas. Mantemo-nos igual, aliás, foi agora ainda por cima há pouco tempo revogado o plano pormenor daquela zona, ou seja, neste momento aqueles solos, não sabemos para que é que podem ser usados. -----

-----Em primeiro lugar, devíamos fazer as coisas com pés, tronco e membros, ou seja, devíamos fazer perceber exatamente o que é que podemos fazer ali, desenvolver um projeto, desanexar a parcela, então que seja para ser cedida à Universidade do Algarve, e depois avançar com um protocolo deste género. Não é dizer que estão ali trinta mil metros quadrados, mais para a direita, mais para a esquerda, nem sabe bem aonde, mas pronto, é ali. E eu pergunto, há algum estudo de viabilidade de localização de mobilidade para aquela zona que defenda que a melhor localização para a instalação do polo da Universidade do Algarve é ali? Que eu conheça não. -----

-----Trazem-nos aqui também este pedido de cedência de protocolo, qual é o valor imobiliário do terreno que estamos aqui a negociar, a ceder à universidade? Alguém sabe? Eu desconheço. Desconheço também que cursos é que vão lá ser feitos, porque a líder da JS de Portimão, muito bem até defendeu uma ideia com a qual eu concordo a nível de cursos. Aproveitar aquelas que são as potencialidades da nossa terra para desenvolvermos de facto cursos de engenharia mecânica, ligado ao autódromo, ligado à indústria naval que também temos um porto, ou ligado até ao aeródromo. Porque não? Tudo bem, são coisas que podiam potenciar Portimão de facto, mas não é isso que aqui está, eu vou passar a ler o que está aqui, «aquilo que a Universidade se compromete, é um edifício digital no polo do barlavento para a criação, ampliação e modernização de infraestruturas de equipamentos de ensino superior, para assegurar a diversificação e reforço da oferta formativa com cursos técnico-superiores profissionais», nem estamos a falar de licenciaturas, não estamos a falar de mestrados, não estamos a falar de doutoramentos, «nomeadamente nas áreas da EREI Algarve». O EREI Algarve 2030, quais são as áreas? Não é nenhuma das áreas que nos interessa. As áreas são turismo, economia do mar, indústrias culturais e criativas, saúde e bem-estar, digitalização e TIC. Não fala aqui de indústria automóvel, não fala aqui indústria especial, não fala aqui do porto, não fala aqui de nada disso. Nós estamos aqui a tentar fazer o quê? É só para dizer que vamos ter um polo novo? Não, nós temos que saber aquilo que queremos, o que é que Portimão precisa, e nós infelizmente não estamos, não defende, este protocolo não defende minimamente aquilo que nós queremos para a nossa cidade. Aquilo que nos vão impingir é aquilo que há apoios da CCDR para financiamento da Universidade do Algarve, é isso que nos estão a tentar impingir e vão mandar para Portimão e nós tipo saloiozinhos vamos ficar muito contentes. Parabéns, vamos ter um polo novo! O que é que esse polo vai interessar, o que é que esse polo vai potenciar Portimão? É a pergunta que eu deixo. Muito obrigado. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem estado atento a esta discussão, é uma discussão acalorada, vibrante e é ótimo que assim seja, porque a Universidade do Algarve merece isso, merece de facto o nosso empenho, a nossa determinação e, sobretudo, merece que nós estejamos apostados seriamente neste projeto, porque do ponto de vista político, o Partido Socialista dispensa-se de tecer mais considerações relativamente àquelas que já fez em tempo útil, porque não é a primeira vez que esta matéria vem a debate, portanto dispensa-se de frisar aqui o papel das universidades no desenvolvimento das cidades e das regiões. Para nós é uma questão absolutamente líquida, todos temos consciência e penso que temos refletido isto nas nossas discussões. A universidade tem um efeito estimulante no desenvolvimento local e no desenvolvimento da vida urbana, na configuração do capital humano. Em suma, ela traz vantagens competitivas para as cidades. Isto é inequívoco, penso que empiricamente está à vista de todos. Não se trata sequer de uma iniciativa conjunta isolada, segmentada a este nível, porque nós não podemos tratar a CCDR de uma forma qualquer, penso que é um órgão que nos merece a máxima consideração até do ponto de vista intelectual, mas relativamente às questões da territorialização deste projeto, importa observar desde já, pena que o senhor deputado Mota não esteja aqui presente, é que de facto uma universidade é efetivamente um espaço de implantação na vida urbana, não é para ir para as Caldas de Monchique ou lá perto. Portanto, isto é um perfeito disparate, peço desculpa de dizê-lo assim de forma tão desavinda, porque enfim não faz parte da minha linguagem. -----

-----Depois, temos que pensar seriamente no contexto em que há aqui forças centrípetas fortes e estamos a falar num jogo entre Faro e Portimão, Portimão que pode e deve ser uma capital sub-regional, e é nesse contexto que importa observar esta iniciativa. Uma iniciativa que do ponto de vista de uma visão futura é talvez a iniciativa mais pujante desta autarquia. Portanto, não pode ser aqui tratado de ânimo leve e é em volta dos planos pormenor e mais pormenor e sem pormenor. -----

-----Trata-se de uma iniciativa política orientada para uma visão de futuro, de uma cidade de futuro em que o conhecimento científico e tecnológico terão uma preponderância inequívoca. Portanto, não vale a pena criarmos resistências artificiais a um projeto em torno efetivamente de questões que neste momento são periféricas. -----

-----Falou-se das residências estudantis. Porventura os senhores desconhecem, o próprio estudante desconhecerá que Portimão tem residências estudantis porventura não em número suficiente, mas tem e não podemos ignorar isto a pretexto de pertencermos ao partido A, B, ou C. -----

-----Campus ou polo. É óbvio que se nós tivermos apenas numa faculdade dirigida ao campus, o campus é polo, mas o que não é polo e é campus é a nossa vontade política de exigir mais e mais da Universidade do Algarve uma vez implantada, porque o conhecimento hoje, boa parte dele, não se materializa tanto em instalações concentracionárias quanto se possa pensar, é um fenómeno semelhante àquele que aconteceu ao hospital, não é, quando foi construído. Portanto, importa perceber que a universidade aqui terá os cursos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que nós cidade, que nós sub-região entendermos desejáveis, necessários ao desenvolvimento desta sub-região. -----

-----Se a Universidade do Algarve tem tido gestão, tem tido turismo, é porque é óbvio que o tecido maior da nossa região é um tecido turístico. Não temos dúvidas, parece que ninguém tem dúvidas quanto a isso, Portimão é uma cidade turística. Ok, mas é necessário perceber o conhecimento de uma forma evolutiva, metamorfoseada e, portanto, é nesse sentido que se diz que é possível e desejável pensar o nosso futuro e que o nosso futuro seja pensado por nós próprios. Portanto, assumamos essa responsabilidade. O que é que a universidade vai fazer? A universidade está do lado de lá? Não está. A universidade pugna por fazer a criação de um território de permuta do conhecimento entre o conhecimento empresarial e o conhecimento académico, o conhecimento científico. É isso que uma universidade faz, e é por isso que a universidade é importante. -----

-----Podemos criticar o espaço consignado para o efeito. Há três anos que vemos que de facto há dificuldades, mas quem de entre vós já consagrou outro, ou outra possibilidade efetiva? Ninguém o faz a pretexto de quê, de que não temos PDM? E vamos deixar a pretexto das nossas conceções de planeamento, vamos deixar cair um projeto que sabemos que está temporalizado no 2030, e que é agora ou nunca? Mas a pretexto deste projeto que parece que não colhe a adesão da oposição, eu questiono. Colhe este projeto, tem colhido a aversão da oposição rapidamente às míseras instalações em que a Universidade do Algarve está instalada? É uma fonte de atratividade estudantil aquela que ali está, no antigo matadouro? E não foi graças à Câmara de Portimão que ela foi instalada, não foi a Câmara de Portimão que das atuais juntas, das atuais instalações, aliás, atuais não, as antigas, iniciou aqui de uma forma marcante um polo? -----

-----Eu sinceramente posso não ser a pessoa mais indicada para abonar este projeto, pela circunstância de que fui professor na Universidade do Algarve, mas não, estou absolutamente convicto de que se trata de um espaço público de projeção do conhecimento, de projeção do apoio empresarial, consequentemente o tecido empresarial de Portimão e desta sub-região só tem a ganhar com isso. Portanto, eu diria que os senhores poderão até ter razão em alguns aspetos relativos a uma conceção mais planeada de território. Não duvidamos. Agora, que a cidade de Portimão da pessoa, da autarquia também não tem tantos terrenos assim a abonar, não tem, o território é limitado e no seio da malha urbana onde é que temos outros terrenos alternativos? Também não ouvi aqui, digamos, apontamentos nesse sentido. -----

-----Bom, este tipo de considerações leva-me de facto, sem prejuízo obviamente dos argumentos apresentados pelo Chega, leva-me de facto a concluir que importa de todo em todo que nós concentremos as nossas energias positivas nesta ideia, neste projeto como uma alavanca de futuro e que deixemos um tanto ou quanto de parte esses aspetos, digamos mais técnicos, que se referem no fundo, digamos a uma certa ideia de construção planeada de um território e, portanto, é essa a circunstância que faz com que, não obstante, reconhecer esses aspetos mais ou menos deficitários e reconheço tanto mais que sou crítico em relação e o próprio executivo também o é, em relação ao facto de não termos ainda um PDM, mas na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sua ausência eu não posso estar a condenar este projeto que é de facto um projeto fulcral, um projeto estruturante para a cidade. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que depois da intervenção do senhor deputado Figueiredo, desculpe senhor deputado Figueiredo, mas gostei da música de violino que nos trouxe aqui a esta Assembleia Municipal. Falou em projetos, que estávamos a rejeitar um projeto, mas que projeto, senhor deputado? Eu não percebo qual é o projeto que o senhor fala, portanto, nós temos aqui, estamos aqui para discutir e para votar uma minuta de protocolo, uma minuta do protocolo que é uma mão cheia de nada que nós não sabemos concretamente o que é que vai ser feito, quais cursos, o projeto em si não sabemos, quer dizer, nem eu tenho conhecimento se vai haver alguma residência universitária, se vai ser feita. Portanto, há residências universitárias em Portimão sim senhora, mas para dezassete alunos isto não é nada. O que nos trazem aqui é um protocolo que nós não sabemos para o quê, que projeto, que cursos, áreas, equipamentos, nada. Agora, questiono aqui, leva-me a questionar o seguinte, qual é o interesse de assinar esta minuta de protocolo antes de termos qualquer conhecimento de algum projeto, de termos mais concretos. Este protocolo é vinculativo em termos de quê? Para as próximas eleições para usar, «olhe, afinal temos um protocolo e o protocolo leva quatro ou cinco anos para ser concretizado que nem sequer nós sabemos qual é o conteúdo concreto do protocolo em relação à universidade, ao campus universitário. Nem sabemos se vai realmente ser um campus universitário ou um polo universitário». Isto eu acho, não sei, eu gostava, não sou contra a universidade, ou o campus universitário, ou um polo universitário em Portimão, pelo contrário, sou a favor como sou também a favor de residências universitárias, como sou a favor da construção de habitação para jovens em Portimão e nós hoje em dia estamos a construir em Portimão e aprovamos hotéis no centro da cidade, como também sou a favor de medidas de natalidade de promoções, e eu não vejo nada disso, eu vejo só sonhos, sonhos e violinos a tocar. O resto concretamente não sei, desconheço, portanto, não me vejo em condições de votar favoravelmente a este ponto que está aqui, porque não sei, isto é abstrato. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a pergunta que ele faz é o que é que aconteceu ao projeto de 2008? O projeto não é de agora, o projeto da Universidade do Algarve foi dado um terreno na Bemposta, porque é que saiu da Bemposta e tem que vir para ali, e espero também que este protocolo não aconteça como foi com esse, com o polo da Universidade do Algarve na Bemposta e não aconteça o mesmo que aconteceu com o terreno para as instalações da polícia judiciária que também caiu e, portanto, os protocolos nós já sabemos onde é que eles vão parar, em nada. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, para dizer que acha que em nenhuma das questões que ele colocou, demonstrou que estaria contra a universidade, em nenhuma delas. Quando questionei se seria, a minha questão foi, se seria um verdadeiro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



campus universitário com novas valências, ou apenas mais um polo da UALG. Não questionei se era um campus se era um polo, se calhar expliquei-me mal, peço desculpa. -----

-----Em relação à construção da residência, eu sei que ela existe, mas como o senhor deputado bem disse, não chega nem para os que cá estão, quanto mais para as dezenas ou centenas que virão. Portanto, faz falta uma nova residência, faz falta mais habitação, porque senão estarmos a trazer para cá as pessoas e eu posso já dizer, sim, sou a favor, vou votar a favor e já nem quero que venha, eu exijo que a universidade venha, porque faz muita falta à cidade. Agora, temos que pensar é onde é que vamos pôr as pessoas, os professores, os estudantes, os funcionários. Nos hotéis? É uma ideia. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, era só para responder ao senhor deputado Figueiredo, que eu não queria a universidade nas Caldas de Monchique como frisou, em Faro também para as Gambelas também são sete quilómetros de distância e na altura nem havia transportes e ainda por cima era em barracões. Você se calhar não conheceu essa situação, mas ainda quando era miúdo estava aqui na escola primária e fui a uma excursão e fui ver a universidade, a futura Universidade do Algarve e era em barracões e ainda estão lá. Isto já foi há mais de quarenta anos. -----

-----O que eu digo era que na Mexilhoeira Grande acho que ficava muito bem, era uma atração para aquela zona, temos a Ria de Alvor como já disse, não vou-me estar a repetir novamente e também tinha espaço para se calhar construir as residências, haver habitação social que como já foi dito aqui não é só os alunos, é os professores, é os funcionários e tudo mais, e também a mobilidade também é muito importante, mas fico-me por aqui. E em Alvor também, é só atravessar o barco. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que pretendiam um esclarecimento. Em relação ao prédio misto da Bemposta, se o mesmo foi adquirido em direito de superfície ou em propriedade plena, e caso a resposta seja em direito de superfície, uma vez que se encontram esgotados e ultrapassados como todos nós sabemos os prazos da construção naquele terreno do polo universitário, qual a razão porque já não reverteu para o município e o porquê de estar explanado neste documento. Não entendemos. -----

-----Outra questão é, qual a razão, porque se necessita da elaboração de um plano pormenor para definir a capacidade construtiva e o destaque da parcela. -----

-----O prazo máximo de dez anos deverá aqui ser esclarecido a partir de que momento é que se inicia a sua contagem. -----

-----Gostaria também que me esclarecessem se é o município que vai promover suportando os custos, a realização do projeto de execução de arquitetura e especialidades do futuro campus universitário, bem como as infraestruturas, se vai ser efetuado pelos técnicos desta casa, ou então como é que pretendem fazer isto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Entretanto, gostaria também de outro esclarecimento, concretizem o que pretendem com a expressão «apoiar, se necessário e em termos a definir». É que consta aqui da alínea I) da cláusula dois desta minuta de protocolo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que acha que toda esta discussão às vezes até parece que muitos estão contra que se faça um verdadeiro campus universitário em Portimão e acho que, eu falei em muitos, não falei em todos, portanto espero que percebam o que é que eu estou a referir. -----

-----Depois, gostava de dizer senhora Presidente, deve haver aqui um enorme equívoco. Aquele terreno tem quarenta hectares. O protocolo para o campus universitário e não um polo universitário são trinta mil metros. -----

-----Depois, o que pretendemos também fazer da piscina, mas um verdadeiro parque urbano com o terreno sobrance, e dizer ao senhor deputado Natalino que tem razão, a casa não é do município, é aquele terreno todo envolvente é que é do município que foi comprado na mesma altura. Todo aquele terreno que está a nascente e a poente desta casa que está a referir é que é do município, e é aí é que vai então nascer a creche. A casa fica no meio, não, a casa continua lá, a casa está fora do plano. Nunca esteve, essa casa nunca esteve em causa nem no anterior plano que foi abaixo, nem vai estar no novo, pronto. Portanto, é algum erro nessa leitura. -----

-----Depois, o que eu referi aqui, a parte da reversão do terreno do Bemposta, perguntaram porque é que ainda não está feita, pois já devia de estar feita, mas uma vez que agora íamos ceder outro terreno à universidade, é de uma vez por todas fazemos a reversão do terreno que já devia de estar na posse da autarquia, aliás, grande parte do terreno já tem uma escola em cima também. -----

-----O que tem estado a ser falado com o senhor reitor para fazer um verdadeiro campus em Portimão, é para cursos tecnológicos. A urgência é tanta e o empenhamento deste executivo é tão grande que ainda amanhã está agendada uma reunião com o senhor Vice-reitor para, caso este acordo seja aprovado, começarmos já a trabalhar no passo seguinte e, portanto, o que queremos é que isto não fique como o de 2008. O que queremos é que seja uma realidade e a aposta é esta e por isso a urgência também é esta, e é nisto que vamos trabalhar com muito afinque para conseguirmos que seja um campus em Portimão, assim como já disse ao senhor reitor também, e que falou bem nas habitações para os jovens, que estávamos na disposição se houvesse necessidade já para serem construídas, arranjarmos outro terreno já para a habitação, mas para o polo e para o número de alunos que têm em Portimão o que nos foi dito é que neste momento a percentagem era suficiente, porque senão o município já tinha desencadeado esforços e depois com a CCDR para arranjarmos financiamento para poder ser feita habitação para estudantes e, portanto, é isto que vamos querer fazer e é isto que vamos querer trabalhar, mas quero que seja uma realidade e que isto fique aqui bem patente. -----

-----Quando falaram nos transportes, já andamos aqui a vaguear tanto que eu nessa parte não vou falar neste momento, mas acho que quando se fala aqui ir para a Mexilhoeira, ou ir para a periferia de Portimão,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



então o que seria, mas o que nós também queremos dar é vida à cidade e sabemos a atratividade que vai trazer para um polo destes para Portimão e eu tenho a certeza que depois de todo este processo ser uma realidade, este vai ser um processo de todos os portimonenses e de todas as forças políticas. Não vai ser um polo, vai ser um campus, é isso que queremos para Portimão com unidade orgânica também definida aqui para Portimão e é isto que vamos querer, e é isto que estamos a falar com o magnífico reitor, e é neste sentido que vamos todos caminhar, e tenho a certeza que quando as coisas depois forem aparecendo, quando este projeto passar a ser uma realidade, acredito que aí todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, estaremos todos de acordo, porque tenho a certeza que aquilo que todos queremos é um verdadeiro campus para Portimão. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, o senhor falou daquilo que lhe apeteceu falar sobre a questão, mas não respondeu às perguntas que nós colocámos na primeira intervenção, nomeadamente qual é o estudo que têm para a localização. Vamos lá aqui ser claros. O senhor falou aí em que alguns membros estarão contra, ou forças políticas. Nós, eu vou dizer isto bem claro que é para não haver dúvidas. Nós não estamos contra campus nenhum, nem polo, nem campus. Não estamos contra a ampliação da oferta universitária da Universidade do Algarve em Portimão e o reforço dessa oferta, estamos a favor disso. O que está aqui em causa é a localização, é tão somente isto naquele sítio, é tão somente isto e, portanto, não vamos divergir aqui do núcleo da discussão fundamental que é este. -----

-----O senhor deputado Figueiredo Santos falou, por um lado disse que era uma iniciativa de futuro estruturante, mas depois, enfim, isto exigia pensamos nós que seja bem planeada e bem pensada, nomeadamente em termos de localização, mas depois falou em questões, pretensões de planeamento, aspetos mais técnicos como se fossem questões minudências, questões de pormenor. Não, são questões estruturantes do território, senhor deputado, são questões estruturantes, e depois, enfim, o senhor Presidente não respondeu manifestamente àquilo que nós questionámos, e continua-se a avançar e o senhor diz-nos com essa simplicidade e essa candura, «bom, eu tenho a certeza que vamos estar todos de acordo». Olhe, eu não tenho essa certeza, porque volto a dizer, é a localização e respondendo ao repto que aqui o senhor deputado Figueiredo Santos aqui deixou, eu vou dar uma sugestão de uma localização alternativa. Em frente ao hospital do Barlavento há um terreno que não é municipal, mas que neste momento não tem índice de edificabilidade, não tem, pode vir a ter, pode vir a ter, que era o plano pormenor das Taipas que se calhar era uma melhor localização do que este espaço para um polo universitário, nomeadamente para potenciar uma coisa, para potenciar uma coisa e eventualmente até o reforço da resposta de um curso de medicina na Universidade do Algarve aqui, e o reforço dessa oferta, porque com a ligação ao hospital do ponto de vista do curso de medicina poderia impulsionar esse reforço e esse revestimento do curso de medicina aqui, mas, enfim, os senhores embicaram para o Barranco do Rodrigo ninguém percebeu porquê até hoje, porque o senhor prometeu que apresentava aqui um estudo que fundamentasse aquela localização e ainda estou à espera desse estudo, o senhor não tem estudo, o senhor não tem estudo, porque foi atrás



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da anterior Presidente Isilda Gomes que embicou para aquele sítio e decidiu, se calhar um belo dia levantou-se e decidiu que tinha que ser ali, e o senhor seguiu e como aceitou de uma forma completamente acrítica essa decisão, agora estamos aqui a discutir isto. Portanto, nós não estamos contra o campus, nós questionamos e é por isso que não vamos acompanhar o protocolo, é a localização, é a localização, e enquanto os senhores não nos fundamentarem devidamente porque é que é ali e não noutro sítio e quais são os impactos que vai ter um campus ali naquele sítio, eu não sei se vamos estar de acordo em relação ao campus naquele sítio, porque nós também queremos o campus em Portimão. Agora, não queremos a qualquer preço em qualquer sítio. Não é isso que nós estamos aqui a discutir. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda aqui também vai afirmar que não está contra este projeto, mais uma vez como foi dito aqui estamos contra a localização, já foram dadas aqui duas localizações para fazer este campus, mas mesmo assim o Bloco de Esquerda não vai deixar de votar este documento a favor. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, bom, dado que não nos responderam às questões, vou dizer que a CDU não se opõe à construção de um campus universitário e que para essa concretização o município aliene este prédio em direito de superfície à Universidade do Algarve para construção do mesmo. No entanto, não concordamos que seja o município a suportar custos com a elaboração de projetos de arquitetura, especialidades e infraestruturas. Sempre defendemos que é ao governo, através do respetivo ministério quem tem de criar estas estruturas. Cumprindo-se desta forma a Constituição da República Portuguesa quando consagra que o Estado tem responsabilidade direta sobre a educação, em todos os graus do ensino, e tem de "garantir a todos os cidadãos segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino de investigação científica e da criação artística", bem como estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino. Por isso, não vamos acompanhar este protocolo, iremos abster-nos. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-b)** Discussão e Votação da Minuta de Protocolo a celebrar com a Universidade do Algarve para a construção do "Campus de Portimão", nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº915/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	1	0	1	9
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por maioria**, a Minuta de Protocolo a celebrar com a Universidade do Algarve para a construção do "Campus de Portimão", nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº915/24**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-c)** Discussão e votação do Regulamento do Cartão da Deficiência, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 941/24**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não sabe se o senhor Presidente, alguém quer fazer uma intervenção? Está tudo explicado, ponho à discussão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, queria começar por saudar aqui a iniciativa desta proposta, pensamos que genericamente é uma proposta positiva e meritória, mas ainda assim há aqui algumas questões que nós queríamos colocar. A primeira, enfim, pode parecer uma questão se calhar menor, mas para nós não é, que é a designação, e parece-nos salvo melhor opinião, parece-nos que a designação não é a mais feliz. Quando se fala aí no Regulamento do Cartão de Deficiência, pelo menos para a nossa sensibilidade, não sei se há algum argumento técnico, alguma razão técnica que imponha esta designação, mas para a nossa sensibilidade parece-nos que é uma designação que de certa forma, embora não seja essa a intenção, mas que minoriza as pessoas que são portadoras de deficiência, e aquilo que se convencionou pelo menos era assim que era usual designar-se, era cidadãos portadores de deficiência e não pessoas com deficiência, não é, que as pessoas não têm deficiência, têm uma incapacidade, têm uma condição que as incapacita a nível motor, a nível cognitivo, psicomotor, etc. Bom, esta questão parece-nos que é importante embora possa parecer um pormenor. -----

-----Depois, há aqui questões, relativamente ao regulamento, há uma questão concretamente que eu queria aqui abordar e gostaria que nos explicassem que eventualmente deve haver aqui uma razão de ser. Os beneficiários têm que ser cidadãos com mais de dezasseis anos, é o que diz aqui o artigo quarto alínea a), e isto a nós gera-nos aqui uma dúvida. Podem muito bem existir e se calhar existirão jovens com menos de dezasseis anos que eventualmente sejam portadores de deficiência e que queiram ter acesso a estes equipamentos e queiram ser beneficiários destas regalias que o cartão permite e, portanto, não vemos aqui razão nenhuma para que um jovem com treze, ou catorze, ou quinze anos, por exemplo, que queira aceder a um equipamento destes que vêm aqui, por exemplo, um equipamento desportivo para ter desconto ou outro, não possa ser beneficiário também. Não sei se há algum argumento técnico, se há alguma razão objetiva para este limite de idade. A nós gera-nos aqui alguma surpresa e alguma dúvida, porque, enfim, como disse pode acontecer manifestamente que haja pessoas com menos de dezasseis anos que eventualmente preencham aqui os outros requisitos e que eventualmente pela questão da idade não possam ser beneficiários do cartão. Portanto, deixava aqui essas questões. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que isto é uma pergunta muito objetiva e uma proposta e porque temos vindo aqui várias vezes votar vários regulamentos. Porque é que o município não cria um regulamento em que integre todos estes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



apoios? Basta olhar aqui para o regulamento de apoio ao idoso, regulamento disto, regulamento daquilo, e quando estamos a falar de apoios sociais eu acho que faria sentido se calhar congregar tudo num só documento e aí esse documento estaria lá as pessoas portadoras de deficiência, os idosos, os jovens. Acho que faria mais sentido do que ter aqui legislação dispersa, uma quantidade enorme de regulamentos e que acho que seria muito mais fácil para o cidadão chegasse e tivesse um regulamento único de apoios sociais. Acho que faria muito mais sentido, é a proposta que eu faço e porque é que o município não pensa então juntar tudo num só regulamento? -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que queria referir-se sobre este cartão municipal das pessoas portadoras de deficiência de Portimão, será uma iniciativa que visa proporcionar diversos benefícios aos cidadãos com deficiência e que residam no concelho. Oferecerá benefícios significativos que podem melhorar a qualidade de vida dos seus portadores, embora existam alguns desafios relacionados com os critérios de ilegitimidade e processos de obtenção. Os cidadãos com deficiência só se podem candidatar sendo maiores de dezasseis anos, que já há um bocado foi aqui referido. -----

-----O seu processo de obtenção requererá diversas documentações incluindo relatório médico, comprovativo de deficiência tipo atestado multiusos ou incapacidade igual ou superior a sessenta por cento, o que pode ser um processo burocrático e moroso para os solicitantes, assim como a respetiva deficiência terá que estar estipulada na legislação vigente, o que poderá excluir indivíduos que não respeitem os critérios específicos e determinantes. -----

-----A respetiva obtenção trará de facto vários benefícios aos seus portadores, tais como, por exemplo, atendimento e apoio social de proximidade, acompanhamento psicossocial, cuidados de saúde, apoio psicológico a residentes em zonas periféricas, entradas gratuitas no museu de Portimão e monumentos megalíticos, como também em oitenta por cento, penso que na utilização de equipamentos desportivos municipais, como também ser quem, e continuo a sugerir e a supor cerca de quarenta por cento de desconto na mensalidade do passe Vai e Vem, como possivelmente no comércio local desde que adiram à iniciativa benemérita. -----

-----A implementação deste cartão municipal virá trazer aos seus beneficiários uma maior inclusão social, autonomia, melhor qualidade de vida, empatia e solidariedade comunitária, valorizando os direitos humanos e promovendo a igualdade de oportunidades, combatendo as discriminações, benefício ao comércio local, não só ajudando os portadores do cartão, mas também incentivando o consumo no comércio local, promovendo a economia de Portimão. -----

-----Este exemplo de boas práticas colocará o município como pioneiro em políticas inclusivas, podendo até servir de exemplo para outras autarquias e atrair atenções positivas para o nosso concelho. -----

-----Todos estes argumentos evidenciam um impacto positivo que o Cartão Municipal de Deficiência pode ter, tanto para os beneficiários, como para a comunidade no seu todo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Aproveitando o contexto das beneficências aos portadores deste cartão, pergunto-lhe, será a minha primeira e única pergunta ao executivo desta noite, se o mesmo abrangerá os locais de estacionamento prioritários do concelho na via pública a deficientes. A bancada do Partido Chega antevê determinados melhoramentos e vantagens nesta atribuição. Logo e consequentemente, vota favoravelmente. Tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o regulamento proposto para o Cartão Municipal de Pessoa com Deficiência, apresenta-se como uma medida positiva e inclusiva voltada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência residentes no concelho de Portimão. -----

-----O documento destaca objetivos claros e mecanismos para garantir que os cidadãos com deficiência tenham acesso a benefícios que promovam a inclusão social e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas, muito similar ao do idoso. -----

-----Tenho aqui também a situação da idade. A idade deveria de começar pelo menos a partir dos seis anos, não sei, é uma ideia. -----

-----Tenho aqui também outra situação, que pontos a considerar a melhorar é a acessibilidade do processo, isto é, embora o processo de candidatura seja bem estruturado é importante que a divulgação e o suporte sejam acessíveis para todos os potenciais beneficiários, principalmente para as pessoas com deficiência que possam enfrentar barreiras digitais ou de mobilidade. O Bloco de Esquerda vai acompanhar este regulamento, vota, portanto favoravelmente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, bem, basicamente este documento contém traços de uma política social pública dirigida aos deficientes e que é de aplaudir, como uma política de inclusão social que norteia os princípios e valores do PS, e neste caso não só do PS. Portanto, há um amplo consenso nesta matéria em termos dos apoios. -----

-----É verdade que não há aqui uma caracterização empírica da deficiência, não é, portanto, enfim, todos os tipos de deficiência naturalmente estarão aqui incluídos e, portanto, merecem, este documento merece a nossa adesão e o nosso propósito de contribuir obviamente para a promoção do exercício de direitos de cidadania dos deficientes. Portanto, sob esse ponto de vista não está em causa, e é mesmo sob esse ponto de vista que nós gostaríamos e ficaríamos de bem com a nossa consciência se porventura assumíssemos aqui algumas sugestões construtivas de melhoria do documento. Por vezes acusam-nos de um certo seguidismo autárquico e é bom que se perceba que sempre que há de facto algo mais a dizer e neste caso nós teremos alguma coisa mais a dizer, nós colaboraremos de forma construtiva para o aprimoramento destes documentos, e é óbvio que numa visão de um compromisso com a cidadania e com esse exercício de cidadania nós vamos dar alguns exemplos soltos para eventual melhoria do documento, se obviamente o executivo os aceitar, mas não temos complexos nessa matéria, porque entendemos que é nosso dever fazer isso. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A nível cultural, porque não acrescentar a fruição da cultura à comparticipação de ingressos para o teatro municipal em eventos que sejam promovidos pela Câmara, ou seja, quando nós falamos da deficiência, parece que falar de cultura e deficiência é algo que não mexe nem engrena muito bem. -----

-----Eu acredito que não se esteja aqui perante uma visão pobre do deficiente, mas que por lapso tenha fugido este propósito no respetivo documento. -----

-----No domínio da educação não seria possível equacionar a atribuição de auxílios económicos para fazer face a despesas com a aquisição de materiais escolares adaptados para pessoas com deficiência nos diversos graus da vida académica? Questiono se efetivamente não edificaria este documento considerar, portanto, a autarquia considerar esta possibilidade no domínio dos acessórios indispensáveis, como próteses, ortóteses com prescrição médica na aquisição de equipamento auxiliar para a mobilidade com prescrição médica, na reparação do equipamento auxiliar para a mobilidade com prescrição médica. Se não seria, digamos da autarquia se envolver numa comparticipação percentual sobre o valor desses equipamentos. Óbvio que aí deduziríamos os montantes comparticipados por outras entidades no que respeita a esta mesma rubrica. -

-----Diríamos por fim que este regulamento, enfim, deve estar sujeito ao escrutínio político interno por ser de uma iniciativa política que se trate. E o que é que se quer dizer com isto? Queremos dizer que após o cumprimento das formalidades previstas no artigo oitavo do respetivo documento, não se confere automaticidade à atribuição do cartão. Tendo, portanto, a mesma de passar pela análise da respetiva divisão de ação social, os critérios de análise deverão ser transparentes, deverão estar transparentes neste documento a nosso ver, porque em última instância o poder político é o responsável pela distribuição dos benefícios sociais. Portanto, não se tratando de livro arbítrio dos técnicos de serviço social ou outros na esfera social, até porque as tipologias de deficiência diferem, não é? Deficiência física, auditiva, enfim, visual, mental, múltipla, não é, do que quer que se trate, parece que faria sentido vir aqui a esta Assembleia a construção de um diagnóstico social sociométrico que permitisse aquilatar, enfim, das dificuldades e, portanto, ou seja, os *handicaps* com que nós nos confrontamos, todos nós nos podemos confrontar ao sair desta porta, ao descer a escada. Portanto, o PS espera que estes contributos possam conferir maior visibilidade ao serviço social através justamente, portanto de um diagnóstico social que acompanhe e que faça a sociometria, que meça esses *handicaps* e consequentemente esperamos, portanto que esta reflexão seja uma reflexão assertiva com quanta atividade política autárquica é muito escrutinada portanto, e, é neste contexto que eu acho sinceramente sem prejuízo obviamente de não discutirmos este assunto em profundidade, mas que documentalmente o corpo político em exercício deve ter um feedback dos técnicos através de critérios bem expressos, bem definidos, para que isto não fique de facto ao livro arbítrio dos técnicos, consequentemente que possa ser passível, que estas medidas possam ser passíveis obviamente de consulta pelo executivo e naturalmente do agrimento do respetivo executivo na esfera política. Muito obrigado, senhora Presidente, peço desculpa pela extensão... -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que gostou de ouvir o senhor deputado Figueiredo e louva também, é de louvar esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



iniciativa, portanto o Regulamento do Cartão de Deficiência, só lamento com tanto *standard*, com tantas bandeiras da autarquia em relação a este grupo específico de cidadãos com deficiência auditiva, visual, motora, entre outros, Portimão seja uma cidade não adaptada em nada para este tipo de cidadãos. Nós falamos no cartão, esquecemos o básico, nós temos passeadeiras, passeadeiras sem estarem adequadas para os deficientes auditivos e visuais, portanto não há som, não há nada, os passeios muitas vezes nem têm sequer acessos para este tipo de deficientes, as inclinações nem vamos falar das inclinações e dos acessos, parece que o decreto-lei específico para este tipo de cidadãos está esquecido e está na gaveta, para não falarmos já nos espaços públicos, os espaços públicos jardins, serviços públicos estão todos completamente esquecidos. Aliás, até a ciclovia está esquecida, portanto eu penso que, eu acho que é de encorajar o município, isto é uma medida, uma das primeiras medidas e que consigam e que promovam e que tenham a continuidade de promover todas estas medidas a favor destes cidadãos com estas deficiências, estes cidadãos em concreto. Assim, sim, terei, nessa situação terei de tirar o meu chapéu, mas por enquanto estamos a falar de um cartão deficiente, já é bom, mas não é tudo, o básico falta nesta cidade para deficientes, basta ver a largura dos passeios, basta ver como é que os passeios estão, os pavimentos, muita coisa nesta cidade. Há omissões, há deficiências, ou estes cidadãos não estão e não são respeitados pela esta autarquia. Até agora não foram respeitados e eu considero que no futuro vocês pensam, eu já não estarei aqui sentada neste lugar, mas penso que todos nós seremos responsáveis e penso que não devem só falar neste tipo de cidadãos em medidas isoladas, não vale a pena hipocrisia a este tipo de cidadãos, porque este tipo de cidadãos precisam de ser respeitados, salvaguardados e que sejam tomadas medidas em sua defesa. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, pegando, em primeiro lugar, elogiar ali a senhora deputada Ângela Venâncio pela intervenção que agora teve, mas pegando naquilo que o deputado Figueiredo Santos disse e acho que era de ponderar o executivo retirar esta proposta e voltar à Câmara, eu sei que já passou o prazo da consulta pública e que era o momento digamos de fazer as propostas que o deputado Figueiredo Santos aqui veio chamar a atenção e, portanto, convidava o executivo a retirar a proposta, a acolher outras propostas não só do senhor deputado da bancada do PS, mas se calhar outras bancadas teriam se calhar porque muitas das vezes aqui é que é o lugar político para apresentar propostas, não é na consulta pública e, portanto, eu propunha que o executivo ponderasse eventualmente retirar esta proposta de deliberação, voltasse à reunião de Câmara e pudéssemos então discutir um documento se calhar que pudesse abranger as propostas do deputado Figueiredo Santos e da bancada do PS, penso que subscrevem a posição do deputado Figueiredo Santos e obviamente talvez incluir outras propostas por exemplo, relativamente eu teria uma proposta a fazer e usar a indústria Blockchain e a tecnologia Blockchain para poder ter critérios objetivos e que não estivessem dependentes da vontade do técnico que hoje ofereceria uma resposta imediata, desde que aqueles critérios ficassem reunidos e estivessem bem definidos obviamente que aquilo era uma resposta imediata e já se pode avançar nessa área. É a proposta que eu deixo ao executivo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, é para dizer justamente que eu compreendo perfeitamente o posicionamento do deputado Ricardo Viana. Todavia, aquilo que me parece mais razoável, também ainda não ouvimos o posicionamento da sensibilidade do executivo da Câmara Municipal. O que me parece mais razoável é que sendo de facto um trabalho técnico que foi com certeza produzido com maior aprimoramento, eu sinceramente sentir-me-ia muito mal se porventura existisse da nossa parte qualquer senso reprovador do documento que não um sentido que apontasse para uma melhoria do documento que envolverá necessariamente até digamos aqui o próprio modelo de diagnóstico social, diagnóstico sociométrico para que nós possamos ver isto. Portanto, não teria dúvidas absolutamente nenhuma em aceitar, digamos este cartão como viável, porque a circunstância de alguém ter o cartão, não é, ser possuidor do cartão, já permite desenvolver um processo que depois pode culminar efetivamente nesta melhoria e eu estou convicto e assumo essa responsabilidade aqui, estou absolutamente convicto de que a sensibilidade social deste executivo não deixará de ponderar estes aspetos que foram trabalhados a título de melhoria, mas também face à minha condição de técnico de serviço social não mais do que isso, e nessa circunstância é que me permitiu fazer isso, estou absolutamente convicto que tratando-se do social, que a bancada, enfim, partilhará deste ato mais ou menos isolado e absolutamente convicto também de que a sensibilidade social que enforma a Câmara, o executivo da Câmara não deixará de ponderar estes aspetos podendo produzir uma melhoria do documento sem estar a inviabilizá-lo portanto, e, é essa a circunstância que permitiu digamos fazer esta análise crítica positiva, no sentido de dizer «bem, é possível fazer mais e melhor e daí não advirá grande peso à autarquia que não o de sentirmos que há uma justiça social que fazemos com os indivíduos que sofrem de *handicaps* e isso penso que a sensibilidade social do executivo não dirá nada em contrário portanto, e, é essa a circunstância que me leva a sugerir que façamos de facto a aprovação deste documento, mas pugnando por melhorá-lo e, enfim, trazendo aqui depois uma versão que seja mais compacta, não é, e enfim, em função daquilo que são as hipóteses de trabalho que cada bancada no fundo aqui assumiu, não é, portanto, é um pouco isso. Não iria inviabilizar o documento, tanto mais se trate de um trabalho de técnicos que nós devemos efetivamente ter o máximo respeito e consideração. É essa a circunstância. Disse, obrigado, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a sua intervenção vai mesmo no sentido do que o deputado Figueiredo Santos fez. Eu peço para que este documento seja aprovado, mas já existindo um compromisso da parte do executivo que tanto os contributos que foram aqui dados tanto pelo senhor deputado João Caetano, Ricardo Viana e pelo deputado Figueiredo Santos, serão depois trabalhados pelos nossos técnicos para que possam então numa reformulação disto que já esteve em consulta pública e já tem algum tempo, depois possamos trazer novamente à Assembleia para ser melhorado ou reformulado, e é isto que peço então à Assembleia, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que só completa o seguinte, mas isso tem a ver com a sua formação jurídica, que é os juristas são



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sempre uns complicados, mas é assim, isto é um benefício e, portanto, a Câmara tem poder, se o entender de dar maior benefício além do que está no regulamento, o regulamento o que diz é, digamos assim dá uma transparência às regras. Agora, o executivo não está impedido de conceder esses benefícios se assim o entender de uma forma global ou até esporádica em determinados espetáculos ou determinadas situações e, portanto, os regulamentos externos têm que ser discutidos e têm que ir a discussão pública, porque têm a eficácia externa em termos de ónus ou encargos, taxas, tarifas, etc. quando são benefícios a Câmara nunca perde o seu poder e, portanto, não está impedida, não é por causa de uma mera alteração, agora regista-se como bom a posição do senhor Presidente e do executivo, no sentido de dotarem o regulamento de maior robustez em relação aos benefícios, mas não está impedida de, e relativamente à intervenção da senhora deputada que obviamente não vou responder a essa intervenção, mas dizer que Portimão foi considerado a cidade que teve a rota acessível, a primeira rota acessível do país e tem vindo ao longo de uma série de executivos e do último sempre a prolongá-la e, portanto, essa é uma matéria que faz parte da história deste município e, portanto, é bom que se registre. Não discuto o resto, não vou discutir o resto. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos** **Venâncio Quadros**, senhora Presidente, agora escorregam, da rota acessível, agora escorregam, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, as outras questões obviamente. Rota acessível considerada a nível nacional. Outras câmaras, outros municípios e as passeadeiras têm vindo a ser adaptadas de acordo com a... -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos** **Venâncio Quadros**, passeadeiras de peões, senhora Presidente, isto nem parece uma cidade do século XXI. Passeadeiras de peões, não há uma, acho que há uma que faz um barulhinho ali ao pé da Caixa Geral de Depósitos, o resto não. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, tem que ver estão preparadas, têm vindo a ser adaptadas para cegos e isso tem uns materiais. Não têm a formação, a senhora deputada não tem essa formação, mas felizmente esta cidade tem vindo a adaptar-se -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos** **Venâncio Quadros**, tanto tempo senhora Presidente para serem adaptadas? Não tenho essa informação, eu tenho formação que eu circulo em Portimão senhora Presidente, eu circulo em Portimão. Adaptadas há quantos anos? Isso é básico, é básico, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, todos os loteamentos que têm vindo a ser feitos têm vindo a ser... olhe, junto ao centro de saúde é uma questão exemplar. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos** **Venâncio Quadros**, loteamentos, senhora Presidente e o resto? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não vai discutir mais nada. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-c)** Discussão e votação do Regulamento do Cartão da Deficiência, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 941/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovado, **por unanimidade**, o Regulamento do Cartão da Deficiência, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 941/24**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-d)** Discussão e votação da alteração ao Regulamento de Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 947/24**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que isto é um assunto que tem sido falado na AMAL nos municípios que tinham táxis da letra T que tinham que ser integrados e, portanto, a integração de três táxis que têm a sede em Portimão e nada mais do que isto requer esta alteração. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, a questão é exatamente essa, os contingentes que estão aqui previstos no artigo décimo segundo que são setenta e oito viaturas e depois mais treze para veículos de turismo, não é? A questão é saber porquê este contingente, não é, como é que foi feita esta quantificação, qual é a base, qual é o estudo, são as licenças que estão a ser atribuídas atualmente, foi só, tendo em conta a alteração legislativa que ocorreu, foi só integrar aqui estes treze veículos de turismo, e se foi só isso, há uma questão que é evidente, será que isto é suficiente para a dinâmica que há aqui em termos de oferta no transporte de táxi do concelho, porque aqui há, enfim, aqui há uns meses tivemos aqui, no período do público recorde-me, uma pessoa que fez aqui uma intervenção exatamente pedindo que fosse feito aqui este regulamento para integrar o contingente das vagas dos veículos de turismo, táxis de turismo aqui no contingente das licenças a emitir. Agora, a questão é saber se este número é suficiente em termos de oferta para aquilo que são as necessidades e para aquilo que é a dinâmica em termos comerciais da oferta deste tipo de transporte, se isto é suficiente e qual foi o estudo que fizeram ou que tiveram por base para fixar aqui estes números. Era só isso. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, na verdade, o decreto-lei 101/2023 de 31 de outubro resulta num profundo documento que pretende a modernização do setor táxi e é parte da estratégia de melhoria do transporte público em Portugal e de promoção de um conceito de mobilidade sustentável, quer na perspetiva da descarbonização das cidades, quer ao nível da operacionalização das soluções de transporte em regiões de baixa procura, enquanto garante da acessibilidade de populações mais isoladas. -----

-----Nos termos e para o efeito do número quatro do artigo quarenta e cinco desse mesmo diploma legal, os veículos de tipologia A e turísticos de tipologia T existentes à data de 1 de novembro de 2023 integram automaticamente o contingente definido no artigo doze do regulamento posto à discussão. -----

-----São treze os veículos que aguardam esse requerimento para reiniciar a atividade. Aliás, isto foi aqui levantado como disse o senhor membro da Assembleia João Caetano por um cidadão que veio aqui em intervenção do público. -----

-----Para a CDU este regulamento peca por tardio e, portanto, iremos acompanhar esta proposta. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, sobre esta deliberação, eu diria que as alterações palpáveis do novo regulamento para com o existente no transporte público de passageiros em táxi do município serão: -----

-----Ponto um, atualização do regime jurídico. As mudanças alinham-se com o decreto-lei 101/2023 de 31 de outubro, que reformula as regras relativas ao acesso e organização do mercado de táxis, clarificando competências das autoridades de transporte introduzindo medidas para a digitalização do setor. -----

-----Ponto dois: Flexibilização das restrições geográficas e de contingentes. O novo regulamento permite uma gestão mais flexível das áreas de operação dos táxis facilitando a mobilidade intermunicipal e a adaptação às necessidades dos utilizadores. -----

-----Ponto três: Introdução de plataformas digitais. Prevê-se a possibilidade dos serviços de táxi serem disponibilizados através de plataformas digitais, permitindo reservas e estimativas do preço em tempo real, promovendo a modernização e competitividade do setor face a outras soluções de mobilidade. -----

-----Ponto quatro: Revisão do regime tarifário. As tarifas serão definidas em regulamento a aprovar pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, AMT, assegurando a recuperação económica e financeira dos custos do serviço e promovendo a acessibilidade económica dos utilizadores. -----

-----Ponto cinco: Requisitos de idoneidade para os motoristas. Reintroduz-se a obrigatoriedade de comprovação de idoneidade por parte dos motoristas garantindo maior segurança e confiança no serviço prestado. -----

-----Ponto seis: Adaptação dos veículos às novas normas. Os táxis deverão cumprir características específicas, incluindo dimensões mínimas e requisitos de cor, além de adaptações nos taxímetros para integração com sistemas de faturação eletrónica, visando a uniformização e profissionalização do serviço. Estas alterações visam modernizar o serviço de táxis em Portimão, tornando-o mais eficiente, seguro e competitivo em consonância com as tendências atuais da mobilidade urbana. Embora o novo regulamento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para os táxis vise aproximar este serviço da modernidade e competitividade do modelo TVDE, por exemplo na digitalização e flexibilização, as diferenças estruturais entre os dois sistemas permanecem evidentes, refletindo diferentes públicos e abordagens de mobilidade, e senão repare-se no que vos transcrevo. -----

-----Ponto um também. Regulamentação e licenciamento. Táxis operam sobre regime altamente regulamentado, incluindo licenças municipais, limitação ao número de táxis por área e requisitos específicos como taxímetros e tarifas fixas. Nos TVDE o licenciamento é gerido pelo IMT, Instituto de Mobilidade de Transportes sem contingente municipal. A operação faz-se por intermediários, plataformas digitais como Uber, Bolt e Freenow. -----

-----No setor dois, modelo de negócio. Nos táxis normalmente são operados por proprietários individuais ou cooperativas de táxi. Nos TVDE o modelo é descentralizado com motoristas independentes associados a plataformas digitais que atuam como intermediários. -----

-----No ponto três, tarifação. Nos táxis há tarifas fixas definidas por regulamento municipal, geralmente calculadas com base na distância e no tempo. O taxímetro é obrigatório e deve estar visível. Nos TVDE as tarifas são dinâmicas e determinadas pela plataforma com base na procura e na oferta e as tarifas mais altas em horas de pico. Não utilizam taxímetros. -----

-----Ponto quatro, identificação dos veículos. Veículos que têm cor nos táxis que têm cor e características específicas como distintivo de táxi e sinal luminoso, são facilmente reconhecidos pelo público. Nos TVDE veículos são descaracterizados apenas identificados com disco discreto no para-brisas e vidros traseiros. --

-----No ponto cinco, zonas de operação. Limitados os táxis às áreas de operação licenciadas pelo município, algumas exceções permitem viagens intermunicipais. Nos TVDE podem operar em todo o território nacional sem limitações geográficas. -----

-----Ponto seis, adesão à tecnologia. Estão a modernizar-se os táxis incluindo a possibilidade de reservas através de aplicações e pagamentos digitais, mas ainda têm sistemas tradicionais. Já os TVDE são completamente baseados em plataformas digitais desde a reserva ao pagamento. -----

-----No ponto sete, requisitos para os motoristas. Os motoristas precisam de licenças específicas, cartão de taxista, isto nos táxis, formação contínua obrigatória em áreas como atendimento ao cliente. Já nos TVDE qualquer motorista obtém um certificado de motorista TVDE no CMTVDE, o processo é simples e menos burocrático em comparação à dos taxistas. A maioria destes motoristas não sabem o código, o trânsito, a escrita e muito menos falam a língua portuguesa, o que embaraça o diálogo com o cliente. -----

-----Fiscalização e penalizações, ponto oito. A fiscalização é feita pela autoridade municipal ou PSP, as penalizações podem incluir multas e perda da licença. Já nos TVDE a fiscalização é de responsabilidade do IMT e da autoridade tributária. As penalizações podem afetar tanto os motoristas como as plataformas. --

-----Como sugestão aos governantes, direi que os táxis são um serviço público tradicional, enquanto os TVDE representam modernidade. -----

-----O município de Portimão com a sua importância turística cultural merece um sistema de transporte equilibrado, eficiente e justo ao nivelar as condições entre táxis e TVDE, não só fortalecemos a confiança dos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



profissionais do setor, mas também garantimos um transporte público digno para quem vive e visita a cidade. Esta abordagem combina pragmatismo e visão estratégica, mostrando que o nivelamento beneficia não apenas os operadores, mas também a comunidade e o turismo local. -----

-----A bancada municipal do Partido Chega votará favoravelmente esta alteração ao regulamento de transportes públicos de passageiros de táxi no município de Portimão, pecando somente por tardia. Tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui quando diz que é a versão final, eu não conheço outro regulamento, até andei no site, fui à procura no site da Câmara se encontrava outro regulamento de táxis, mas não vi nenhum, pelo menos não vi lá publicado.

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é simples. Ó senhor deputado, há um projeto antes da discussão pública e depois normalmente há o projeto final depois da discussão pública, se houver alterações que sejam introduzidas na sequência dessa discussão pública. Tem a ver com o processo que está aqui, o processo administrativo. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, e na questão da participação pública eu não vi... o que eu quero dizer com isto é que, reforçar a comunicação com os principais interessados com os cidadãos e com os operadores de táxis, principalmente esses na participação pública, pelo menos o que eu vi aqui não existiu qualquer participação. Por isso, acho muito estranho os operadores de táxis, aqui há duas cooperativas e não deram, nenhum deles participou neste regulamento. Fico-me por aqui. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, porque provavelmente concordam, mas houve consulta pública e provavelmente, mas isso o senhor Presidente poderá explicar, ou então... -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que isto é uma sugestão, já que hoje estamos numa de sugestões, eu acho que é uma coisa que falta que é, nas praças de táxis faltam abrigos para as pessoas, portanto a maioria das praças de táxis não está protegida por uma paragem ou um posto. Eu falo, basta ir ali à Gare rodoviária e do lado de fora onde estão os táxis onde eles param não há nenhuma, se estiver a chover as pessoas estão ali à espera a qualquer hora e não têm como se abrigar. Eventualmente o município poderia pensar em colocar postos de abrigo nas praças de táxis existentes ou outro qualquer, ponderar na localização e ter abrigos para as pessoas que esperam pelo táxi. Era só nesse sentido que eu queria alertar. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só para complementar toda a informação, este assunto foi todo tratado com as associações de táxis de Portimão e, portanto, foi este o acompanhamento que tem havido desde o início e que só o que foi tratado foi para a integração dos três táxis, como nas outras cidades também foi só com a integração dos táxis de letra T até que lá existem e são quatro municípios no Algarve que tinham táxis letra T. Portanto, foi isto que foi tratado, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-d)** Discussão e votação da alteração ao Regulamento de Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº947/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por unanimidade**, a alteração ao Regulamento de Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº947/24**. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e trinta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e cinco, realizada no dia oito de janeiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)

Exma. Sr.ª:
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DRA. ISABEL ANDREZ GUERREIRO

amp@cm-portimao.pt

S/referência	S/ comunicação de	N.º Ofício	N.º de Registo	NIPG	data
		4496/25	3772	4499/25	2025/03/21

Documento expedido por via digital

Assunto: INFORMAÇÃO REFERENTE A INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS NA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2025, REALIZADA NO DIA 08 DE JANEIRO DE 2025.

Ex.ma Senhora,

Em referência ao assunto em epígrafe, relativamente à intervenção do Exmo. Sr. Paulo Maio e, de acordo com a Divisão de Espaços Verdes, serve o presente para comunicar a V. Exa. que, no âmbito da apreciação do projeto da via V2, a DEV propôs alterações ao traçado com o objetivo de minimizar a interferência no espaço natural situado entre o Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo e o Estádio dos Dois Irmãos. Embora parcialmente aceites, estas alterações permitirão preservar uma parte deste espaço naturalizado e reduzir o impacto da nova via.

Adicionalmente, sugeriu-se que o espaço remanescente à via V2, pudesse ser integrado no futuro Parque Urbano a construir no Barranco do Rodrigo, de modo a dar-lhe continuidade e maior coerência.

No que respeita à insuficiência de áreas destinadas a espaços verdes no Município, sobretudo no interior da malha urbana da cidade, trata-se de uma questão pertinente, cuja resolução depende, essencialmente, da afetação de áreas a esse fim no âmbito do planeamento urbano e do licenciamento urbanístico. Ainda neste contexto, e para assegurar que esses espaços cumprem efetivamente o seu propósito – nomeadamente funções de recreio e lazer, ecológicas, de integração paisagística, de mitigação do ambiente artificial da cidade e de adaptação aos efeitos das alterações climáticas –, importa garantir que possuem uma dimensão adequada e que são implantados em zonas com aptidão natural para esse fim, como as áreas associadas a linhas de água.

Por fim, relativamente às árvores situadas junto ao Parque Infantil dos Três Bicos, encontra-se em curso um procedimento que possibilitará a substituição das árvores, prevendo-se que esta venha a ocorrer em breve.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Álvaro Bila
O Presidente da Câmara
Municipal de Portimão

(Álvaro Miguel Bila)

DAMB/SG